

HABEAS CORPUS Nº 492.866 - SP (2019/0039449-5)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : MARCUS WAGNER MENDES
ADVOGADO : MARCUS WAGNER MENDES - SP140141
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JONATHAN MANOEL PESSOA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de JONATHAN MANOEL PESSOA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O impetrante requer a suspensão da execução provisória da pena imposta ao paciente, sob o argumento de que foi interposto recurso especial ainda não apreciado pelo Presidente do Tribunal de origem, bem como por tratar-se de paciente primário e cursando curso superior.

Consta dos autos que o paciente foi condenado pela prática dos crimes tipificados nos arts. 241-A e 241-B, da Lei n. 8.069/90, à pena de 5 anos, 9 meses e 25 de reclusão, e ao pagamento de 24 dias-multa, em regime inicial fechado.

Inconformado, interpôs recurso de apelação que foi improvido pela Corte de origem.

É o relatório.

DECIDO.

Quanto ao pedido de concessão da liminar para suspender o início da execução provisória, sabe-se que a Sexta Turma, ao apreciar os EDcl no REsp 1.484.413/DF e o REsp 1.484.415/DF, na sessão de 3/3/2016, adotou orientação, fixada pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal (HC 126.292/SP, Rel. Min. Teori Zavascki, de 17/2/2016, DJ de 17/5/2016), segundo a qual a execução provisória da condenação penal, na ausência de recursos com efeito suspensivo, não afronta o constitucional princípio da presunção de inocência.

Frise-se, ainda, que, em 5/10/2016, o Pleno do Supremo Tribunal Federal, apreciando medida cautelar nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade 43 e 44, por maioria, reafirmou o entendimento da possibilidade de execução provisória da pena, na ausência de recurso com efeito suspensivo.

Assim, prolatado o juízo condenatório por Tribunal de Apelação e ausentes recursos especial ou extraordinário com casuísticos efeitos suspensivos, é possível a execução provisória da pena, ainda que concedido na

sentença o direito de recorrer em liberdade até o trânsito em julgado da condenação.

Ressalte-se, por oportuno, não constar dos autos qualquer informação acerca da pendência de julgamento de eventuais recursos interpostos perante a Corte de origem.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator

